

Albertina de Oliveira Costa

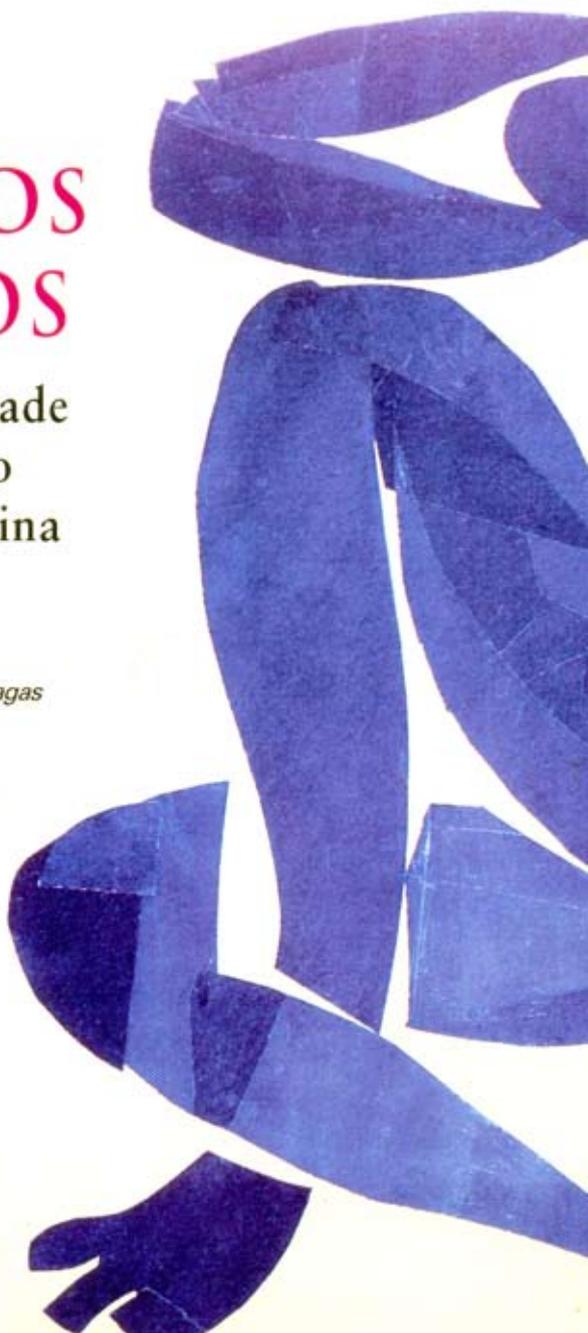
ORGANIZADORA

DIREITOS TARDIOS

Saúde, Sexualidade
e Reprodução
na América Latina

 *Fundação Carlos Chagas*

editora  34



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. SEXUALIDADE EM TEMPO DE GUERRA: MULHERES DE EL SALVADOR Norma Vásquez, Cristina Ibáñez, Clara Murguialday	13
2. MATERNIDADE SOB O SIGNO DA AIDS: UM ESTUDO SOBRE MULHERES INFECTADAS Daniela Knauth	39
3. ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO Ana Lía Kornblit, Mónica Petracci	65
4. TRABALHADORAS: DIREITOS REPRODUTIVOS NOS ACORDOS COLETIVOS Vera Soares	89
5. SIGNIFICADOS DA REPRODUÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MASCULINA EM SETORES POPULARES URBANOS Alejandro Marcelo Villa	115
6. OPÇÕES MASCULINAS: JOVENS DIANTE DA GRAVIDEZ Irma Palma, Cecilia Quilodrán	141
7. IDENTIDADE RELIGIOSA E MORALIDADE SEXUAL ENTRE CATÓLICOS E EVANGÉLICOS Maria das Dores Campos Machado	173
8. MEDICINA, SOCIEDADE E CORPO FEMININO: LIMA, 1900-1930 María Emma Mannarelli	197
9. ABORTO E ANTICONCEPÇÃO NA INTERAÇÃO DA CONSULTA MÉDICA: UM ESTUDO DE CASO Micaela Parras, Susanna Rance	225
10. TENTATIVAS DE DESLEGITIMAÇÃO DO DIREITO AO ABORTO EM PORTO RICO Alice Colón, Ana Luisa Dávila, María Dolores Fernós, Esther Vicente	249
11. ENTRE O DESEJO E A NORMA: A DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO NO URUGUAI, 1934-1938 Graciela Sapriza	277
AUTORAS E AUTORES	301

APRESENTAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, consideráveis conquistas foram obtidas pelo movimento de mulheres em nível internacional. Na virada do século, os direitos reprodutivos são reconhecidos como direitos humanos. As mulheres organizadas no mundo inteiro caminharam do Cairo a Beijing demonstrando uma incrível força, tanto no que diz respeito a sua capacidade de organização e mobilização quanto ao amadurecimento de suas habilidades de argumentar, negociar e convencer, comprovando a importância crucial do acúmulo de conhecimentos para as propostas de uma nova ordem social.

O processo de rearticulação do sistema econômico mundial, no entanto, torna problemática a efetivação da nova geração de direitos sociais consagrada nas conferências internacionais de Viena, Cairo e Beijing, na medida em que a expansão dos direitos coincide com uma retração da capacidade dos Estados de sustentar e assegurar a universalidade das políticas de bem-estar social.

Os desafios desse novo contexto devem ser respondidos, ultrapassando a nostalgia e o apego a modelos generosos mas superados e às visões premonitórias de catástrofe social, através da análise de processos em curso, experiências, mobilizações, reflexões inovadoras e da construção de novas propostas.

O alcance do debate sobre saúde reprodutiva, gênero e direitos das mulheres, bastante restrito no início da década, tem sido consideravelmente ampliado pela constituição de um acervo crítico de literatura sobre a temática.

Como contribuição para esse debate, esta coletânea reúne artigos produzidos no âmbito do segundo Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe – PRODIR II — organizado pela Fundação Carlos Chagas com recursos da John D. and Catherine T. MacArthur Foundation.

O Programa visa contribuir para a construção sólida de um modo alternativo de lidar com questões de população, enfatizando a necessidade de incorporar as desigualdades sociais baseadas em sexo, classe e raça ao desenho e à implementação de políticas sociais, uma vez que essas desigualdades têm estado na raiz dos processos de exclusão de cidadania na maioria dos países latino-americanos.

Em um contexto de ressurgimento de fortes mobilizações de mulheres por seus direitos em toda a América Latina, o PRODIR foi concebido

por Carmen Barroso, em 1989, com base nos resultados altamente positivos alcançados pela série de concursos de dotações para pesquisa sobre mulher brasileira que ela idealizara em 1977 e para os quais obtivera apoio da Fundação Ford. A queda de fecundidade observada em todos os países da região, associada à persistência de elevados níveis de miséria, sinalizava para a necessidade de fortalecer as reivindicações das mulheres por direitos no exercício da sexualidade e da reprodução, que começavam a emergir na agenda política.

Iniciativa ambiciosa, o PRODIR tem múltiplas faces; visa estimular pesquisas inovadoras sobre as condições sociais da reprodução, capacitar jovens pesquisadores, incentivar abordagens interdisciplinares, legitimando uma temática emergente através da realização de estudos rigorosos que contribuam para a formação de uma opinião pública esclarecida, que subsidiem a atuação de movimentos sociais e a formulação e implementação de políticas públicas. Representa, ainda, uma tentativa de criar canais de comunicação, favorecendo o diálogo e o intercâmbio de experiências entre pesquisadores da América Latina.

A aposta nas virtudes da heterogeneidade — abertura temática, pluralidade disciplinar e diversidade teórica — que tem caracterizado o Programa revelou-se acertada. O PRODIR obteve expressiva resposta, tendo recebido 450 propostas provenientes de 19 países, evidenciando um pronunciado interesse e uma demanda refreada de financiamento para a pesquisa de questões relativas aos direitos reprodutivos. Abrangeu uma enorme diversidade regional, na medida em que acolheu 39 projetos provenientes de 14 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, México, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela. Abrigou também um amplo espectro de campos disciplinares — Sociologia, Psicologia, Medicina, Antropologia, História, Serviço Social, Direito, Demografia —, favorecendo a diversidade e possibilitando um instigante contraponto entre diferentes tradições canônicas. Finalmente, integrou pesquisadores de perfil bastante heterogêneo, desde ativistas de movimentos sociais a professores universitários, embora tenha involuntariamente privilegiado o sexo feminino e pesquisadoras brancas (o que reflete a composição racial e sexual predominante nas atividades de pesquisa na região).

Com essas características singulares, o PRODIR fomentou, de um lado, estudos desbravadores sobre temas da atualidade — como assédio sexual, religião e práticas reprodutivas, masculinidade, menopausa, controle social da gestão de saúde, impacto da guerra sobre sexualidade — e, de outro, pesquisas que vêm iluminar de novos ângulos temáticas mais conhecidas, mas não menos dramáticas, como mortalidade materna e aborto, AIDS ou gravidez na adolescência.

PRODIR I resultou em duas publicações. *Direitos reprodutivos*, organizado por Sandra Azeredo e Verena Stolcke, contém as exposições apresentadas no primeiro seminário de treinamento do programa; publicado em 1991, constitui obra de referência obrigatória nos estudos realizados na região. *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*, de 1994, organizado por Albertina de Oliveira Costa e Tina Amado, é uma coletânea dos trabalhos produzidos pelos bolsistas.

Os textos aqui reunidos originam-se da segunda versão do PRODIR; falam das diferentes restrições, limitações e condicionantes do direito a ter direitos, por parte de homens e mulheres na América Latina.

Baseado no depoimento de guerrilheiras ou colaboradoras da frente de libertação em El Salvador, Norma Vázquez, Cristina Ibáñez e Clara Murguialday mostram como, durante mais de uma década de guerra, as mulheres sofreram fortes constrangimentos a sua sexualidade em razão da persistência de estereótipos sexistas entre os dirigentes da Frente, convencidos da necessidade subordinar o privado ao público em nome da primazia da causa revolucionária.

No contexto do aumento na incidência de AIDS entre brasileiras, o estudo realizado por Daniela Knauth com mulheres soropositivas de Porto Alegre revela que, face à importância atribuída à família entre os grupos populares, a maternidade mantém-se como estratégia de concretização ou consolidação da aliança e o risco de transmissão do vírus à criança é minimizado em favor do *status* social conferido por seu nascimento.

As representações vigentes entre homens e mulheres sobre assédio sexual no local de trabalho em Buenos Aires, analisadas por Ana Lía Kornblit e Mónica Petracci, em trabalho pioneiro na América Latina, evidenciam toda uma gama de condutas assediadas e comportamentos das vítimas.

Contrastando com a maciça participação feminina na força de trabalho e na vida sindical, Vera Soares aponta a escassa presença feminina nas mesas de negociação e a falta de poder e articulação das raras líderes sindicais, como razões para a não-incorporação, nos acordos coletivos de trabalho, de cláusulas que contemplem os interesses das mulheres.

Alejandro Villa, por sua vez, investiga os significados que a fecundidade adquire na formação da identidade de homens dos setores populares em Buenos Aires, examinando os sucessivos dilemas e questionamentos do poder simbólico que os rapazes enfrentam, ao assumir uma união e as responsabilidades pelos filhos gerados.

A construção da masculinidade também é abordada por Irma Palma e Cecilia Quilodrán, que analisam as respostas de jovens frente à gravidez da namorada. As autoras, que já haviam estudado as decisões femininas no caso de gravidez adolescente, detectam indícios de mudança nos padrões culturais da sociedade chilena: entre as diversas alternativas, a paternida-

de celibatária constituiria uma opção emergente, em contraposição à tradicional evasão masculina.

Uma análise comparativa da moralidade sexual e das propostas de regulação da fecundidade entre grupos religiosos do Rio de Janeiro leva Maria das Dores Machado a concluir que tanto os evangélicos quanto os católicos carismáticos reforçam a assimetria dos sexos através da “santificação” da mulher. A despeito de sua moralidade estrita, lideranças pentecostais oferecem orientações e estratégias para informar decisões sobre planejamento familiar e viabilizar a anticoncepção.

María Emma Manarelli examina o discurso médico sobre o corpo feminino tal como se manifestou em Lima, Peru, durante as primeiras décadas do século XX. Oscilando entre a misoginia extrema e a valorização da mulher por sua função civilizatória, os paradigmas higienistas tiveram forte peso na construção da identidade feminina.

Tendo em vista a persistência na Bolívia da prática generalizada do aborto clandestino, Micaela Parras e Susanna Rance buscaram identificar atitudes e práticas frente à anticoncepção, através da observação da interação entre profissionais de saúde e usuárias em um distrito sanitário da periferia de El Alto. O padrão de atendimento encontrado denota escassa eficiência do serviço e desvalorização da usuária.

No quadro de recente ofensiva anti-aborto em Porto Rico, a equipe de juristas composta por Alice Colón, Ana Luisa Dávila, María Dolores Fernós e Esther Vicente analisa os argumentos da retórica anti-aborto (vida desde a concepção, crime contra a humanidade, ameaça à moral familiar, imposição imperialista, prática racista, causa de criminalidade) e do discurso pró-opção (morbimortalidade devida ao aborto inseguro, direito de opinião, separação igreja-Estado, respeito à integridade física feminina, ingerência em decisão pessoal inviabilizando a equidade, pleito de direitos reprodutivos).

Abordando a mesma questão em perspectiva histórica, Graciela Sapriza realiza um balanço da fugaz liberalização do aborto no Uruguai entre 1934 e 1938, fornecendo um panorama das políticas de população no país que subsidia o debate atual.

Estes estudos são exemplos das contribuições e das novas interações propiciadas pelo PRODIR ao debate sobre as questões que desafiam o campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Na segunda versão do Programa, a comissão organizadora — que teve a honra de coordenar — foi integrada por Elza Berquó, demógrafa do CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, e do NEPO – Núcleo de Estudos da População, da Universidade de Campinas; Leila Linhares Barsted, advogada e diretora da CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, do Rio de Janeiro; Mabel Bianco, médica e

diretora da FEIM – Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer, de Buenos Aires; Teresita de Barbieri, socióloga do Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Autónoma de México; e Verena Stolcke, antropóloga e professora da Universitat Autònoma de Barcelona.

Arakcy Martins Rodrigues, Elizabeth Jelín, Felícia Madeira, Maria Isabel Matamala, Maria José Araújo, Maria José Rosado Nunes, Maria Luiza Heilborn, Maria Odila Silva Dias, Paola Capellin, Rosa Macedo, Suely Kofes e Tania Giacomo do Lago prestaram assessoria aos bolsistas.

O bom funcionamento do PRODIR II incluiu a execução de tarefas que, à semelhança do trabalho doméstico, são invisíveis, tediosas, requerem minúcia e múltiplas habilidades — grande parte das quais foi assumida por Teresa Citeli.

Agradeço a todas sua contribuição inestimável para o sucesso do Programa.

Albertina de Oliveira Costa